Outubro

Educação Legal

Este documento reúne, de forma organizada, as principais leis, portarias, decretos e normativas publicadas no mês. O objetivo é fornecer um panorama atualizado das alterações legislativas e regulamentares, facilitando a consulta e o acompanhamento das mudanças que impactam diretamente o setor.

Sumário

01. Atualizações Legislativas/ Atos Normativos e Decisões
02. Atuação MPMG
03. Notícias de Interesse da Educacão
04. Para conhecimento
05. Guias para Atuação
06. Informações Técnico-Jurídicas
07. Eventos
08. Agenda

MPMG Ministério Público do Estado de Minas Gerais

1. Atualizações Legislativas/ Atos Normativos e Decisões

NOTA RECOMENDATÓRIA ATRICON-IRB Nº 04/2026

Recomendações aos Tribunais de Contas para o fortalecimento do financiamento, planejamento, monitoramento e acompanhamento das políticas de educação especial inclusiva.

SAIBA MAIS

PORTARIA MEC Nº 740, DE 29 DE SETEMBRO DE 2026

Estabelece critérios e orientações para a execução de emendas individuais, emendas de bancada estadual ou distrital e emendas de comissão permanente, no orçamento de 2027, de projetos e ações prioritárias, de projetos e ações estruturantes e de programações de interesse nacional ou regional, lastreadas nas ações sob a gestão do Ministério da Educação e de suas entidades vinculadas.

SAIBA MAIS

RESOLUÇÃO CEE Nº 505, DE 04 DE AGOSTO DE 2026 - PUBLICADO NO DIÁRIO DO EXECUTIVO JORNAL MINAS GERAIS TERÇA-FEIRA, 06 DE OUTUBRO DE 2026

Adequação da Resolução CEE nº 497, de 04 de junho de 2024, que dispõe sobre a delegação de competências aos Conselhos Municipais de Educação e aos Conselhos de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb (CACS Fundeb), no âmbito do Programa Escola em Tempo Integral, considerando os procedimentos para adesão e pactuação previstos na Portaria MEC nº 1.495/2023, e dá outras providências.

SAIBA MAIS

RESOLUÇÃO CEE Nº 507, DE 24 DE SETEMBRO DE 2026 -PUBLICADO NO DIÁRIO DO EXECUTIVO JORNAL MINAS GERAIS QUINTA-FEIRA, 22 DE OUTUBRO DE 2026

Consolida normas sobre a Educação Especial Inclusiva na Educação Básica, no Sistema de Ensino de Minas Gerais, e dá outras providências.

SAIBA MAIS

RESOLUÇÃO SEE Nº 5.325, DE 09 DE OUTUBRO DE 2026

Estabelece normas para a renovação de matrícula para o ano de 2027, para a realização do cadastro e encaminhamento dos candidatos/estudantes em 2026, no Sistema Único de Cadastro e Encaminhamento para Matrícula - SUCEM, para o ano letivo de 2027.

SAIBA MAIS

2. Atuação MPMG

NOVIDADE



CAOEDUC ATUALIZA GUIA DE ATUAÇÃO SOBRE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA E DISPONIBILIZA NOVOS INSTRUMENTOS DE APOIO

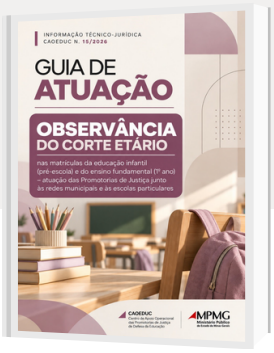
O Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Defesa da Educação (CAOEDUC) disponibilizou aos integrantes do MPMG a versão atualizada do **Guia de Atuação para Fiscalização do Cumprimento do Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena.** O material reúne orientações práticas, modelos e instrumentos que facilitam a atuação das Promotorias de Justiça na fiscalização do cumprimento das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, fortalecendo a promoção da igualdade racial e o enfrentamento ao racismo nas escolas. O guia aborda temas essenciais como currículo, projetos político-pedagógicos, formação de professores, materiais didáticos, protocolos de enfrentamento ao racismo e monitoramento de indicadores de equidade racial. O kit atualizado inclui ainda documentos-modelo, recomendações e peças de apoio que tornam mais ágil e efetiva a atuação das Promotorias de Justiça.

A nova edição foi atualizada com as principais referências normativas e institucionais recentes, incluindo diretrizes da PNEERQ, do Plano Nacional de Educação 2026-2036 e dos Protocolos de Identificação e Resposta ao Racismo nas Escolas. O objetivo é oferecer subsídios qualificados para o acompanhamento da política pública e induzir melhorias estruturantes nas redes de ensino. Entre os principais avanços, destacam-se os novos formulários padronizados e adaptáveis, desenvolvidos para simplificar a coleta e a análise de informações prestadas pelas Secretarias de Educação, Conselhos e escolas. Estruturados para utilização integrada com ferramentas de inteligência artificial, esses instrumentos permitem maior eficiência na identificação de fragilidades, boas práticas e oportunidades de atuação ministerial.

Os materiais estão disponíveis na página do CAOEDUC na intranet e foram desenvolvidos para apoiar o trabalho ministerial na implementação efetiva da educação para as relações étnico-raciais e na garantia do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena nas escolas mineiras.

SAIBA MAIS

NOVIDADE



CAMPANHA PELA OBSERVÂNCIA DO CORTE ETÁRIO NAS MATRÍCULAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL E DO ENSINO FUNDAMENTAL

A Informação Técnico-Jurídica CAOEDUC nº 15/2026 foi elaborada com o propósito de **facilitar e subsidiar a atuação dos Promotores de Justiça que desejem atuar na fiscalização do cumprimento do corte etário nas matrículas da Educação Infantil e do Ensino Fundamental**, reunindo, de forma sistematizada, os principais fundamentos legais, normativos e jurisprudenciais sobre a matéria. A elaboração do documento decorreu, inclusive, de provocação encaminhada ao MPMG pela **Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, por intermédio da Superintendência de Inspeção Escolar**, que relatou dificuldades relacionadas à observância das regras de corte etário e solicitou o apoio institucional do Ministério Público para o enfrentamento da questão.

Além de apresentar orientações práticas para a atuação ministerial, com medidas preventivas e resolutivas que podem ser adotadas antes e durante o período de matrículas, o CAOEDUC já vem desenvolvendo iniciativas voltadas à difusão de informações sobre o tema. Nesse contexto, foi expedido mero aviso, sem caráter vinculativo, aos municípios mineiros, com o objetivo de divulgar a legislação aplicável e sensibilizar os gestores educacionais quanto à sua observância. Paralelamente, encontra-se em elaboração, em parceria com o **PROCON-MG**, uma campanha informativa destinada às instituições privadas de ensino, com a finalidade de ampliar o conhecimento e o cumprimento das normas relacionadas ao corte etário. A orientação reafirma a obrigatoriedade da observância do corte etário nacional, segundo o qual a criança deve completar 4 anos até 31 de março para ingresso na pré-escola e 6 anos até essa mesma data para ingresso no 1º ano do Ensino Fundamental, destacando que esse critério busca assegurar o adequado desenvolvimento infantil e a organização do percurso educacional.

Com essas iniciativas, busca-se fortalecer a atuação preventiva do Ministério Público, fomentar a conformidade das redes pública e privada de ensino com a legislação educacional e disponibilizar aos membros um instrumento prático de apoio para a atuação na matéria, caso entendam pertinente o acompanhamento do tema em suas respectivas comarcas.

SAIBA MAIS

PANORAMA EDUCAÇÃO AMPLIA O ACESSO A DADOS ESTRATÉGICOS SOBRE A REALIDADE EDUCACIONAL DOS MUNICÍPIOS MINEIROS

O Ministério Público de Minas Gerais lançou, no dia 13 de agosto, a nova versão do **Panorama Educação**, plataforma desenvolvida pelo Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Defesa da Educação (CAOEDUC), em parceria com a Coordenadoria de Planejamento Institucional (COPLI), para **reunir, organizar e disponibilizar informações estratégicas** sobre a educação pública nos municípios mineiros. A ferramenta representa mais uma iniciativa voltada ao fortalecimento da **atuação baseada em evidências** e ao aprimoramento do acompanhamento das políticas públicas educacionais.

O desenvolvimento do Panorama Educação partiu de um desafio comum enfrentado por gestores públicos, profissionais da educação e órgãos de controle: embora exista uma grande quantidade de dados educacionais disponíveis em bases públicas oficiais, essas informações costumam estar dispersas em diferentes sistemas e formatos, dificultando sua consulta, interpretação e utilização prática.

Com o objetivo de tornar essas informações mais acessíveis, o CAOEDUC e a COPLI estruturaram uma plataforma capaz de **reunir dados** provenientes de diversas fontes oficiais em um **ambiente único, intuitivo e de fácil navegação**. Dessa forma, informações que antes exigiam consultas em múltiplos sistemas podem ser encontradas de forma integrada, permitindo uma visão mais ampla da realidade educacional de cada município.

O Panorama Educação disponibiliza **indicadores e diagnósticos** relacionados a diferentes aspectos da política educacional, incluindo educação infantil, alfabetização, financiamento da educação, educação em tempo integral, infraestrutura escolar e outros temas relevantes para o planejamento, monitoramento e avaliação das políticas públicas. Os dados são apresentados por meio de **painéis interativos, indicadores consolidados e relatórios automatizados**, facilitando a compreensão das informações e a identificação de tendências, desafios e oportunidades de melhoria.

Um dos principais diferenciais da plataforma é sua capacidade de **transformar dados públicos em conhecimento útil para a tomada de decisões**. Além de subsidiar a atuação das Promotorias de Justiça na fiscalização e acompanhamento das políticas educacionais, a ferramenta também pode apoiar gestores públicos na definição de prioridades, na elaboração de estratégias e no monitoramento dos resultados alcançados.

A iniciativa contribui ainda para o **fortalecimento da transparência e do controle social**, ampliando o acesso a informações qualificadas sobre a educação pública. Ao disponibilizar dados de forma organizada e acessível, o Panorama Educação favorece análises mais consistentes e estimula a utilização de evidências na formulação, implementação e aperfeiçoamento das políticas educacionais.

O acesso ao Panorama Educação é público e pode ser realizado por meio do Portal do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), onde foi disponibilizado banner específico na página inicial.

Por meio da ferramenta, gestores públicos, profissionais da educação, membros do Ministério Público e cidadãos podem consultar indicadores, diagnósticos e informações estratégicas que contribuem para o acompanhamento e a avaliação das políticas públicas educacionais.

Mais do que uma plataforma de consulta, o Panorama Educação representa um esforço de organização e democratização da informação educacional. Ao reunir em um único ambiente dados relevantes sobre a realidade dos municípios mineiros, a ferramenta fortalece a produção de diagnósticos, qualifica o planejamento das ações e contribui para a construção de políticas públicas cada vez mais orientadas por evidências e resultados.

Acesse no link abaixo:

SAIBA MAIS

MPMG Ministério Público do Estado de Minas Gerais

MP INTELIGENTE – EDUCAÇÃO AMPLIA O ACESSO A CONHECIMENTO ESPECIALIZADO E APOIA A ATUAÇÃO DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

O Ministério Público de Minas Gerais lançou, no dia 13 de agosto, o MP Inteligente – Educação, nova ferramenta de inteligência artificial desenvolvida para apoiar a atuação das Promotorias de Justiça na defesa do direito à educação. A solução foi criada pelo Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Defesa da Educação (CAOEDUC), em parceria com a Superintendência de Tecnologia da Informação (STI), e representa mais uma iniciativa institucional voltada à utilização de tecnologia para qualificar a atuação ministerial.

O desenvolvimento da ferramenta partiu de uma necessidade identificada no dia a dia das Promotorias de Justiça. A área da educação envolve amplo conjunto de normas, orientações institucionais, estudos técnicos e documentos processuais, exigindo dos membros e servidores significativo tempo de pesquisa, análise e elaboração de manifestações. Diante desse cenário, o CAOEDUC e a STI estruturaram uma solução capaz de transformar o conhecimento acumulado pelo Ministério Público em uma ferramenta prática de utilização cotidiana.

Durante o lançamento, também foi realizada uma demonstração prática da ferramenta, com as funcionalidades atualmente disponíveis, os critérios de governança adotados e as perspectivas de expansão da solução para outras áreas de atuação.

O MP Inteligente – Educação opera integralmente na infraestrutura tecnológica do MPMG, garantindo elevados padrões de segurança da informação e de proteção dos dados utilizados pelas Promotorias de Justiça. Além disso, as respostas e documentos produzidos não são baseados em conteúdos genéricos da internet. Todo o sistema foi construído a partir de uma base de conhecimento organizada pelo CAOEDUC, composta por legislação, notas técnicas, manuais, roteiros de atuação, orientações institucionais, modelos de documentos e outros materiais previamente produzidos ou validados pela equipe técnica.

Atualmente, estão disponíveis duas funcionalidades principais. A primeira delas é a geração automatizada de minutas de peças processuais e extrajudiciais. Integrada ao MPe, a ferramenta realiza a leitura dos documentos existentes no procedimento e, com base em modelos elaborados e validados pelo CAOEDUC, produz uma versão inicial da manifestação ministerial já adaptada às informações do caso concreto. A funcionalidade foi desenvolvida inicialmente para apoiar a execução do projeto Crescer Juntos: Creches e Oportunidades, mas a perspectiva é ampliar gradativamente sua utilização para outras temáticas da área educacional.

A segunda funcionalidade consiste em um sistema de pesquisa jurídica especializada, também integrado ao ecossistema tecnológico institucional do MPMG. Por meio de uma interface semelhante a um chatbot, o usuário pode formular perguntas sobre temas relacionados à educação e receber **respostas fundamentadas em conteúdos técnicos** previamente selecionados e organizados pelo CAOEDUC. Diferentemente das ferramentas abertas de inteligência artificial, as respostas são construídas a partir de um banco de conhecimento qualificado e validado.

A construção da ferramenta envolveu trabalho conjunto entre as equipes do CAOEDUC e da STI. Enquanto o Centro de Apoio foi responsável por identificar as principais demandas das Promotorias de Justiça, estruturar a base de conhecimento especializada e elaborar os modelos de documentos, a STI desenvolveu a solução tecnológica necessária para transformar esse conteúdo em uma ferramenta interativa e acessível. Antes de sua disponibilização, foram realizados diversos testes com procedimentos reais em ambiente controlado, permitindo o aperfeiçoamento contínuo dos mecanismos de pesquisa, dos modelos de minutas e da qualidade das respostas produzidas.

Para assistir à gravação da apresentação, clique em "Saiba Mais".

SAIBA MAIS

MPMG
Ministério Público
do Estado de Minas Gerais

3. Notícias de interesse da Educação

Como os Tribunais de Conta podem contribuir para a efetividade da política de educação especial inclusiva?

Garantir a efetividade da política de educação especial inclusiva vai muito além de conferir matrículas.

SAIBA MAIS

Iniciativa SSE divulga materiais de apoio sobre segurança, saúde e riscos psicossociais nas escolas.

A Iniciativa Segurança e Saúde nas Escolas é decorrente da união da Organização Internacional do Trabalho (OIT), Ministério Público do Trabalho (MPT) e Secretaria de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego (SIT/MTE), instituições e autoridades.

SAIBA MAIS

Painel reúne resultados do Diagnóstico Equidade 2026 na educação básica

Painel permite consultar indicadores de equidade na educação básica, verificar diferentes dimensões das políticas étnico-raciais e comparar os resultados das edições de 2024 e 2026 nas redes de ensino.

SAIBA MAIS

Auditoria do TCEMG revela falhas e falta de planejamento na gestão da Primeira Infância

Uma auditoria recente realizada pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCEMG) avaliou a atuação do Estado e dos municípios em relação às políticas públicas voltadas à Primeira Infância e identificou fragilidades na articulação das políticas públicas voltadas à Primeira Infância em Minas Gerais.

SAIBA MAIS

Colora sua matrícula, declare sua história: campanha da Secretaria de Educação fortalece identidade racial nas escolas

Com foco na identidade e inclusão, a ação convida estudantes a preencherem o campo racial e contribuírem para dados mais representativos no Censo Escolar.

SAIBA MAIS

A precarização do magistério e o princípio do concurso público: balizas do STF e o controle da gestão educacional pelo Ministério Público

Artigos, Direito à Educação e Justiça, Direito Administrativo

SAIBA MAIS

4. PARA CONHECIMENTO

MEC oferece curso online gratuito sobre financiamento educacional

Profissionais da Educação de todo o Brasil podem se inscrever no curso gratuito "Financiamento e Gestão Financeira para a Equidade na Educação Básica". Com 80 horas de duração, a formação é realizada de forma online e assíncrona pela plataforma AVAMEC, onde também estão disponíveis as inscrições e o conteúdo do curso.

A formação é desenvolvida pelo Ministério da Educação (MEC), por meio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (Secadi), em parceria com o Laboratório de Tecnologia da Informação e Mídias Educacionais da Universidade Federal de Goiás (LabTIME/UFG).

O curso apresenta conceitos sobre orçamento público, fontes de financiamento da educação básica, funcionamento do Novo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), bem como regras para utilização dos recursos destinados às redes e escolas públicas. A formação busca ampliar os conhecimentos de profissionais da educação sobre o financiamento público e as possibilidades de utilização dos recursos para enfrentar desigualdades educacionais.

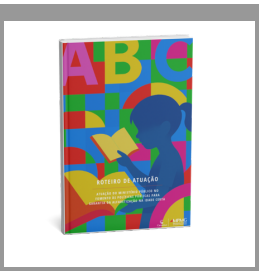
Para mais informações sobre o curso, clique em "Saiba Mais".

SAIBA MAIS



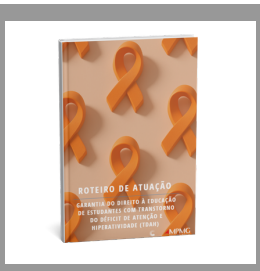
5. GUIAS PARA ATUAÇÃO

Material produzido pelo CAOEDUC para auxiliar as Promotorias de Justiça na instrução de procedimentos e solução de demandas



Alfabetização na Idade Certa

LEIA AQUI



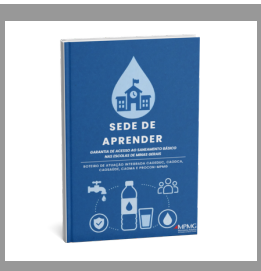
TDAH

LEIA AQUI



Segurança em Estabelecimentos de Ensino

LEIA AQUI

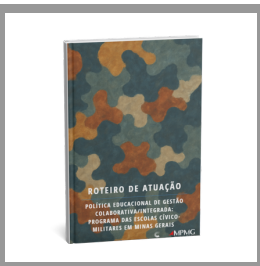


Sede de Aprender - Saneamento Básico em Escolas- (ATUALIZADO em 2026)

LEIA AQUI



LEIA AQUI



Escolas Cívico-Militares

LEIA AQUI



História e Cultura Afro- Brasileira e Indígena (NOVIDADE)

LEIA AQUI



Prevenção à Violência Contra a Mulher

LEIA AQUI



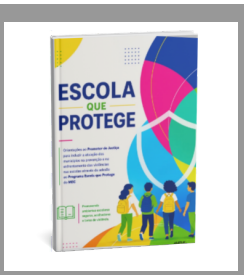
Evasão Escolar

LEIA AQUI



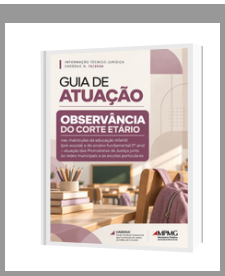
VAAR (Atualizado)

LEIA AQUI



Guia Prático - Escola que Protege

LEIA AQUI



Corte Etário (NOVIDADE)

LEIA AQUI

MPMG
Ministério Público
do Estado de Minas Gerais

6. INFORMAÇÕES TÉCNICO-JURÍDICAS

Material produzido pelo CAOEDUC para contribuir com o conhecimento sobre matérias específicas na área da educação



TDAH e TOD

LEIA AQUI



Transtornos de Aprendizagem

LEIA AQUI



Educação Laica

LEIA AQUI



Uso de Aparelhos Eletrônicos Portáteis

LEIA AQUI



TEA

LEIA AQUI



Evasão Escolar

LEIA AQUI



Financiamento da Educação

LEIA AQUI



Contratação de Serviços Advocatícios para Recebimento de Precatórios FUNDEF-FUNDEB

LEIA AQUI



EJA

LEIA AQUI



Recebimento de Precatórios FUNDEF-FUNDEB pelos Municípios

LEIA AQUI



Garantia do Direito à Educação Inclusiva

LEIA AQUI

AMPMG Ministério Público do Estado de Minas Gerais

7. EVENTOS



GNDH: Encontro reforça papel do MP brasileiro na defesa dos direitos humanos com soluções sistêmicas para as demandas sociais

Abertura da 4ª Reunião do CNPG, eixo temático dos Direitos Humanos, reúne representantes de todo o país e destaca a importância de uma atuação integrada, participativa e voltada à transformação da realidade social



A defesa dos direitos humanos como essência da atuação do Ministério Público brasileiro, sustentada por uma ética pública comprometida com a população e pela busca de soluções coletivas para violações de direitos, marcou a abertura da 4ª Reunião do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União (CNPG), eixo temático dos Grupos Nacionais de Direitos Humanos (GNDH) nesta segunda-feira (19), em Brasília. O encontro reúne mais de 150 promotores e procuradores de Justiça das 30 unidades ministeriais brasileiras para discutir estratégias nacionais de promoção dos direitos fundamentais e de enfrentamento às violações de direitos humanos.



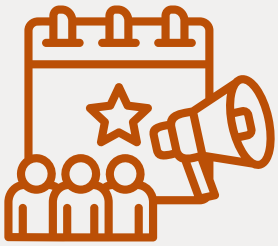
Durante o evento, a Comissão Permanente de Defesa da Educação se reuniu a aprovou nota técnica sobre Altas habilidades/Superdotação, além de enunciados sobre atuação estruturante na defesa da educação.



SAIBA MAIS

8. Agenda do Mês

Principais compromissos do CAOEDUC de interesse Institucional ou apoio às Promotorias de Justiça no mês



REUNIÃO INSTITUTO ILG

CAOEDUC/MPMG realiza reunião com Instituto ILG para compartilhar o material institucional e dialogar sobre possíveis frentes de cooperação.

REUNIÃO GAEPE

CAOEDUC realiza reunião com o Gaepe para discutir a formação, valorização e condições de trabalho dos profissionais da educação, com foco no desenvolvimento profissional e na carreira.

REUNIÃO SEE

CAOEDUC realiza reunião com a SEE para tratar do atendimento aos estudantes com altas habilidades/superdotação na rede estadual de ensino.

REUNIÃO CHAMA O VAAR E BEM COMUM

CAOEDUC/MPMG realiza reunião com MPBA e BEM COMUM para tratativas do Projeto Chama o VAAR.

REUNIÃO COM A FEDERAÇÃO QUILOMBOLA N'GOLO, A DPU, A DPMG, O MPMG E A FUNAI

CAOEDUC participa de reunião com a Federação Quilombola N'Golo, DPU, DPMG, MPMG e FUNAI para discutir o monitoramento e a avaliação da implementação das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 na educação.

REUNIÃO PROCON

CAOEDUC realiza reunião com o Procon para discutir proposta de atuação conjunta sobre a observância do corte etário nas escolas particulares.

REUNIÃO GEPEI

Reunião do GPEI para apresentação dos avanços dos trabalhos pelo MEC e alinhamento das estratégias de mobilização e atuação conjunta com a COPEDUC.

REUNIÃO COM SEE E CEE

CAOEDUC realiza reunião com a SEE e o CEE para discutir a construção de normativos e arranjos institucionais para a oferta do atendimento educacional hospitalar e domiciliar.